

Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas

Segundo o Datafolha, 71% são a favor de falar de assuntos políticos em sala de aula

(Folha de S.Paulo, 07/01/2019 - acesse no site de origem)

Para a maior parte da população, [educação sexual](#) e assuntos políticos devem ser temas tratados nas salas de aulas do país, segundo pesquisa Datafolha. A abordagem desses dois assuntos nas escolas tem sido [alvo de ataque nos últimos anos](#) por parte de grupos conservadores e religiosos.

Desde 2014 pipocam por todo país [projetos legislativos inspirados no movimento Escola sem Partido](#), que prevê limitar o que o professor pode falar em sala de aula e, na maioria dos casos, vetar menções a política, gênero e educação sexual.

Partidários do [Escola sem Partido](#) acusam professores de uma suposta doutrinação de esquerda, enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) catapultou sua carreira política em uma cruzada contra a abordagem do que ele e outros detratores chamam de [“ideologia de gênero”](#), expressão nunca usada por educadores.

O Datafolha ouviu 2.077 em 130 municípios nos dias 18 e 19 de dezembro. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

O instituto perguntou aos brasileiros sobre os dois temas: educação sexual e discussão política em aula.

A presença de assuntos políticos nas escolas tem o maior apoio: 71% concordam, sendo que 54% apoiam totalmente. O percentual de apoio a esse tema nas escolas é maior do que a discordância em todos os recortes analisados pelo instituto, seja por idade, renda, religião e preferência partidária, por exemplo.

A aprovação por assuntos políticos nas salas de aula cresce de acordo com a escolaridade. Entre aqueles que têm ensino superior, 83% concordam com a afirmação de que esse tema deve estar presente nas escolas.

Entre os 28% dos que se opõem à discussão política nas aulas, 20% dizem discordar totalmente. Os outros 8% discordam em parte.

Já o apoio à [educação sexual nas escolas](#) alcança 54%. O endosso é maior entre as mulheres do que entre homens (56% e 52%, respectivamente), mas fica empatado na margem de erro.

Quanto maior a escolaridade, maior também a anuência com a previsão desse conteúdo. Entre aqueles com ensino superior, o percentual é de 63%.

Apesar de haver consentimento maior, a [educação sexual divide mais a opinião da população](#). O Datafolha mostra que, enquanto 35% das pessoas concordam totalmente, os que desaprovam

totalmente também somam outros 35%.

Segundo a pesquisa Datafolha, a oposição à [educação sexual só é superior em dois grupos](#): entre os que dizem ter votado em Bolsonaro (54% discordam com a adoção do tema) e entre evangélicos (53%).

Outra pesquisa realizada pelo instituto em 2016 com pais de estudantes na cidade de São Paulo mostrou que, nesse grupo, 83% apoiavam discussões sobre sexualidade com parte do conteúdo ensinado nas escolas.

Entre os críticos da educação sexual e também da presença de assuntos políticos nas aulas há o argumento de que o [papel da escola é focar no ensino dos conteúdos considerados clássicos](#). Por outro lado, defensores desses conteúdos entendem que a escola tem um papel mais amplo na formação de cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, define que a educação deve se vincular ao mundo do trabalho e à prática social, tendo por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”. Já os parâmetros curriculares nacionais preveem a educação sexual nas escolas desde 1997.

Essa temática deve ser trabalhada em várias disciplinas na educação básica e é apontada por especialistas como forma de colaborar com o combate a problemas como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, violência contra mulher e homofobia.

Após pressão de conservadores e religiosos, incluindo da bancada evangélica no Congresso, [o governo Michel Temer esvaziou em 2017 menções a gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular](#). O documento define o que os alunos devem aprender na educação básica.

O próprio Bolsonaro [já disse ser contra a abordagem da sexualidade nas instituições de ensino](#) e que a escola deve se voltar às disciplinas. “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química. Fazer com que no futuro tenhamos um bom empregado, um bom patrão e um bom liberal”, afirmou em novembro.

Apontado como ideólogo do presidente eleito e das pessoas a seu redor, o escritor Olavo de Carvalho [disse em entrevista à Folha que](#), “quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas”. “Está ensinando criancinha a dar a bunda, chupar pica, espremer peitinho da outra em público. Acham que educação sexual está fazendo bem, mas só está fazendo mal.”

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, foi indicado por Olavo de Carvalho. [No seu discurso de posse](#), Vélez criticou o que chama de “ideologia de gênero” e um suposto “marxismo cultural” na educação.

PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

O combate a essas abordagens ganhou relevo após o ingresso de projetos de lei. Em 2014, os filhos de Bolsonaro apresentaram as primeiras proposições para criar o projeto Escola Sem Partido no Rio de Janeiro. Flávio fez a proposta na Assembleia Legislativa, e Carlos, na Câmara.

[A iniciativa impulsionou o Escola Sem Partido](#), movimento criado em 2004 para combater uma suposta doutrinação de esquerda dos professores.

Até novembro de 2018, havia ao menos 181 projetos de lei em Câmaras Municipais e Assembleias em todo o país com teor semelhante, segundo levantamento do Movimento Educação Democrática.

Na Câmara dos Deputados, um projeto de lei similar [tramitou até dezembro](#), mas acabou arquivado por não ter sido votado em comissão especial que o analisava. O texto prevê que os valores familiares devem ter “precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

Movimentos que se opõem a discussões sobre gênero nas escolas [ganham força desde a década de 1990 em vários países do mundo](#). Há iniciativas em ao menos 50 países em consonância com agendas religiosas como a oposição ao aborto, ao casamento homossexual e a um suposto risco de destruição da família.

EXEMPLOS DE [ABORDAGENS SOBRE SEXUALIDADE](#) NO ENSINO

Rede estadual de São Paulo

Capacita educadores para atuação em temas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez

Rede municipal de São Paulo

Tema é inserido em ciências, com respeito a ‘ideias trazidas pelos estudantes a partir da cultura familiar’

Colégio Oswald de Andrade

Temas são tratados em aulas de ciência e psicologia

Colégio Santa Maria (SP)

Projeto no 7º e 8º ano aborda tema com foco em mudanças do corpo e nos sentimentos

Colégio Graphein (SP)

Alunos têm contato com tema a partir dos 12 anos em aulas de orientação educacional